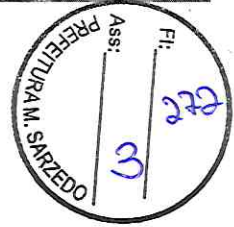




**PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO**  
**Estado de Minas Gerais**



**PARECER JURÍDICO Nº 1719/2023**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 215/2023**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 109/2023**

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ADMINISTRAÇÃO, GERENCIAMENTO, EMISSÃO E FORNECIMENTO DE CARTÃO ELETRÔNICO, MUNIDOS DE SENHA DE ACESSO, COM PROCESSAMENTO E CARGA DE CRÉDITOS AOS USUÁRIOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SARZEDO, CONFORME DISPÕE A LEI MUNICIPAL Nº 847/2021 E RESOLUÇÃO Nº 005/2021 DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SARZEDO**

**I. RELATÓRIO:**

A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir à administração no controle interno da legalidade administrativa dos atos praticados.

Importante salientar que o exame dos autos se restringe aos aspectos jurídicos, excluídos, portanto, aqueles de natureza técnica; em relação a estes, parte-se da premissa de que a autoridade competente se municiou dos conhecimentos específicos imprescindíveis para a sua adequação às necessidades da Administração, observando os requisitos legalmente impostos.

A presente manifestação jurídica tem por objetivo verificar o atendimento dos pressupostos processuais elencados na legislação que rege a matéria, inclusive a observância aos princípios elencados no art. 2º do Decreto nº 1.368/2020, que regulamenta o pregão eletrônico no âmbito municipal.

*Art. 2º O pregão, na forma eletrônica, é condicionado aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, do desenvolvimento sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento*



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO**  
**Estado de Minas Gerais**



*objetivo, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade e aos que lhe são correlatos.*

Os autos estão instruídos com os seguintes documentos: Solicitação e autorização para instauração do processo licitatório, indicação de dotação orçamentária, especificação dos serviços a ser contratado, termo de referência, regulamentação referente à concessão do benefício, pesquisa de preços e Portaria nº 07/2023 – Nomeação de pregoeiros e equipe de apoio.

Ressalta-se que o instrumento convocatório e seus anexos foram analisados e aprovados pela Procuradoria Municipal, conforme parecer jurídico nº 1598/2023.

Após publicação e observância ao prazo de ancoragem, aos 12 de setembro de 2023 foi iniciada a sessão pública do pregão eletrônico em epígrafe, com a presença das seguintes empresas:

- BK INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA;
- BPF CARTÕES LTDA.;
- BIGCARD ADMINISTRADORA DE CONVÊNIO E SERVIÇOS LTDA.;
- ENOQ CAPITAL INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA.;
- REAL CARD SOLUÇÕES EM PAGAMENTOS LTDA.;
- GIMAVE MEIOS DE PAGAMENTOS E INFORMAÇÕES LTDA.;
- LE CARD ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA.;
- GREEN CARD S/A REFEIÇÕES COMÉRCIO E SERVIÇOS; e
- FACE CARD ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA.

Recebidas as propostas, após finalizada a sessão de lances e conferência dos documentos de habilitação, restou vencedora do certame a empresa FACE CARD ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA. por ofertar desconto de -12,73% (doze inteiros vírgula setenta e três centésimos percentuais negativos) na taxa de administração ofertada, perfazendo em um valor unitário com o desconto de R\$ 117,81 (cento e dezessete reais e oitenta e um centavos).

Destaca-se que são estimados o uso de 350 (trezentos e cinquenta) cartões mensais. É o relatório, no necessário.

## II. MÉRITO



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO**  
**Estado de Minas Gerais**



Tendo em vista tratar-se de Pregão Eletrônico, além das disposições contidas na Lei Geral de Licitações, que no caso tecem aplicação subsidiária, devem ser observadas as determinações contidas na Lei nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 10.024/2019, Decreto Estadual nº 44.786/2008 e Decreto Municipal nº 1.368/2020.

Os processos licitatórios, em sua totalidade, necessitam estar em consonância com os princípios insculpidos no art. 3º da indigitada lei.

*"A licitação destina-se a garantir a observância ao princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos. "(grifo nosso)*

O Decreto Municipal de nº 1.368/2020 que regulamenta o pregão na modalidade eletrônica, ao tratar dos procedimentos, assim dispõe:

*Art. 5º O pregão, na forma eletrônica, será realizado quando a disputa pelo fornecimento de bens ou pela contratação de serviços comuns ocorrer à distância e em sessão pública.*

*§ 1º O sistema de que trata o caput será dotado de recursos de criptografia e de autenticação que garantam as condições de segurança nas etapas do certame.*

*§ 2º Poderão ser utilizados sistemas próprios ou outros sistemas disponíveis no mercado, desde que estejam integrados à plataforma de operacionalização das modalidades de transferências voluntárias.*

*Art. 6º A realização do pregão, na forma eletrônica, observará as seguintes etapas sucessivas:*

*I – planejamento de contratação;*

*II – publicação do aviso do edital;*

*III – apresentação de propostas e de documentos de habilitação;*

*IV – abertura da sessão pública e envio de lances ou fase competitiva;*

*V – julgamento;*

*VI – habilitação;*

*VII – recursal;*



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO**  
**Estado de Minas Gerais**



VIII – adjudicação; e  
IX – homologação.

O Decreto Municipal nº 1.368/2020 disciplina ao tratar da adjudicação e da homologação, o que se segue:

*Art. 42 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório, nos termos do disposto no inciso V do caput do art. 11.*

*Art. 43 Na ausência de recurso, caberá ao pregoeiro adjudicar o objeto e encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação, nos termos do disposto no inciso IX do caput do art. 15.*

Marçal Justen Filho, em sua abalizada doutrina, ensina que "a homologação envolve duas ordens de considerações, uma no plano da legalidade, outra no plano da conveniência", e, didaticamente, passa a explicar, *in verbis*:

*"Preliminarmente, examinam-se os atos praticados para verificar sua conformidade com a lei e o edital. Tratando-se de um juízo de legalidade, a autoridade não dispõe de competência discricionária. Verificando ter ocorrido nulidade, deverá adotar as providências adequadas a eliminar o defeito. A autoridade superior não pode substituir-se à Comissão, praticando atos em nome próprio, substitutivos daqueles viciados. A decretação da nulidade deverá ser proporcional à natureza e à extensão do vício. Apurando vício na classificação das propostas, a autoridade superior não poderá decretar a nulidade de toda a licitação. Será reaberta a oportunidade para a Comissão efetivar nova classificação. Concluindo pela validade dos atos integrantes do procedimento licitatório, a autoridade superior efetuará juízo de conveniência acerca da licitação. A extensão do juízo de conveniência contido na homologação depende do conceito que se adote para adjudicação. (...) Se reconhecer a validade dos atos praticados e a conveniência da licitação, a autoridade superior deverá homologar o resultado. A homologação possui eficácia declaratória enquanto confirma a validade de todos os atos praticados no curso da licitação. Possui eficácia constitutiva enquanto proclama a*



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO**  
**Estado de Minas Gerais**



*conveniência da licitação e exaure a competência discricionária sobre esse tema."*

Portanto, a homologação corresponde à manifestação de concordância da autoridade com os atos até então praticados pela pregoeira. Essa concordância se refere a dois aspectos: à legalidade dos atos praticados pela pregoeira e à conveniência de ser mantida a licitação.

Ante o exposto, cumpre destacar que o presente parecer visará ao exame da conformidade dos atos praticados com a lei e o edital. Sendo constatada alguma irregularidade, será considerada a natureza e extensão do vício. Nessas situações, recomendar-se-á a homologação, mediante saneamento de algum ato ou a eventual anulação do certame.

Dessa forma, concluindo-se pela homologação do certame, este parecer restringir-se-á tão-somente ao plano da legalidade, cabendo à autoridade competente deliberar acerca da conveniência da licitação.

**Após análise detalhada do procedimento, verifica-se a observância às formalidades legais, não havendo nenhum vício insanável que pudesse macular o processo.**

Desta forma, esta Procuradoria opina pelo prosseguimento do certame com a remessa dos autos à autoridade competente para homologação.

Ressalta-se a necessidade do encaminhamento dos autos ao Controle Interno para emissão de parecer, bem como, após homologação do certame, que seja realizada a convocação das empresas vencedoras para que apresentem certidões fiscais atualizadas, no ato da assinatura do contrato.

### III. CONCLUSÃO

Ressalvados os atos de gestão e de ordem técnica, verifica-se a presença dos requisitos necessários para que o certame seja homologado, tendo em vista o cumprimento das formalidades legais.

A decisão da autoridade competente quanto ao mérito da homologação do certame deverá ser publicada na forma da lei.

O presente parecer foi elaborado exclusivamente, com base nas informações contidas nos documentos elencados nos autos, cujo teor é de responsabilidade do respectivo informante.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO**  
**Estado de Minas Gerais**



É o parecer, s.m.j.

Sarzedo/MG, 18 de setembro de 2023.

**Dr. Marco Túlio Batista Salomão**  
**Procurador Geral do Município**  
**OAB/MG 134.482**

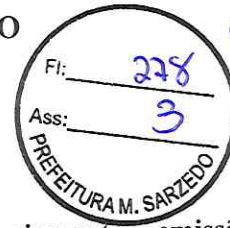


# PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO

Estado de Minas Gerais

## ANÁLISE DE PROCESSO LICITATÓRIO

Análise: nº 058/2023  
Processo Licitatório nº: 215/2023  
Modalidade: Pregão Eletrônico nº: 109/2023



Recibido  
25/09/2023  
Dona

Objeto: Contratação de empresa para administração, gerenciamento, emissão e fornecimento de cartão eletrônico, munidos de senha de acesso, com processamento e carga de crédito eletrônico, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social na concessão do benefício eventual de Auxílio Alimentação aos usuários da política de Assistência Social do Município de Sarzedo, conforme dispõe a Lei Municipal nº 847 de 10 de dezembro de 20121 e Resolução nº 005 de 08 de abril de 2021 do Conselho Municipal de Assistência Social de Sarzedo/MG.

Data: 12/09/2023

### I. Relatório

Trata-se de processo Licitatório, Modalidade Pregão Eletrônico, autuado na Prefeitura Municipal de Sarzedo/MG, tendo como interessado a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, a qual visa, a priori, a **Contratação de empresa para administração, gerenciamento, emissão e fornecimento de cartão eletrônico, munidos de senha de acesso, com processamento e carga de crédito eletrônico, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social na concessão do benefício eventual de Auxílio Alimentação aos usuários da política de Assistência Social do Município de Sarzedo, conforme dispõe a Lei Municipal nº 847 de 10 de dezembro de 20121 e Resolução nº 005 de 08 de abril de 2021 do Conselho Municipal de Assistência Social de Sarzedo/MG.**

A nomeação de Pregoeiros, equipe de apoio e Suplentes dada pela portaria **07/2023** encaminhou processo, modalidade Pregão Eletrônico, contendo, dentre outros, os seguintes documentos: solicitação de contratação; dotação orçamentária, autorização e despacho do prefeito Municipal, Cotação do objeto, mapa de apuração, edital e seus anexos. Estando o procedimento licitatório em conformidade, legalidade e regularidade, em continuidade consta ainda nos autos, parecer jurídico e publicação.

Assim, aportaram os presentes autos a este setor, a fim de que teça sua análise, ao que passo a esposar meu entendimento acerca da situação sob enfoque.

### II. Considerações Preliminares

De antemão, salientamos que o exame aqui empreendido toma por base os elementos e documentos juntados ao presente feito até o momento da tramitação dos autos para análise, restringindo-se àqueles que são necessários ao deslinde da consulta e limitando-se aos aspectos exclusivamente jurídicos da demanda. Essa alçada jurídica não tem atribuição para proceder a auditoria em todos os atos praticados na presente instrução processual, portanto, cabendo esta atribuição aos órgãos de controle internos e externos. Destarte, o presente pronunciamento não passa de recomendações, com vistas a salvaguardar a autoridade administrativa e não vinculá-la. Caso se opte por não as acatar, não haverá, necessariamente, ilegalidade no proceder, mas assunção de risco. Nesta hipótese, a autoridade deverá motivar sua decisão, conforme disposição do art. 50, VII, da Lei 9.784/99.



### III. Da Fundamentação Jurídica

Reiteramos que o presente parecer jurídico é meramente opinativo, com o fito de orientar as autoridades competentes na resolução de questões postas em análise de acordo com a documentação apresentada, não sendo, portanto, vinculativo à decisão da autoridade competente que poderá optar pelo acolhimento das presentes razões ou não. Destaco ainda que este parecer jurídico se dá, portanto, tão somente às questões de legalidade dos atos administrativos, como forma de contratação, por exclusiva exigência legal.

De acordo com o art. 37, inc. XXI, da Constituição Federal, ressalvados os casos consignados em lei, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, mediante critérios estabelecidos em instrumento convocatório próprio.

Nesse sentido:

Considerando a presente licitação na modalidade de Pregão Eletrônico que tem, por objeto a **Contratação de empresa para administração, gerenciamento, emissão e fornecimento de cartão eletrônico, munidos de senha de acesso, com processamento e carga de crédito eletrônico, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social na concessão do benefício eventual de Auxílio Alimentação aos usuários da política de Assistência Social do Município de Sarzedo, conforme dispõe a Lei Municipal nº 847 de 10 de dezembro de 20121 e Resolução nº 005 de 08 de abril de 2021 do Conselho Municipal de Assistência Social de Sarzedo/MG.**

Considerando que o Edital do Pregão Eletrônico vem detalhando o Objeto, o Prazo de entrega, a fase de Proposta, Habilitação, julgamento e análise dos documentos, Obrigações da Contratada e Disposições Gerais, ou seja, dentro da previsão da Lei do Pregão - Lei no 10.524/02 e Decreto 10.024/2019, bem como, amparada pela Lei 8.666/93, também houve a publicação em local público, para garantir a publicidade dos atos, estando o seu instrumento convocatório devidamente divulgado dentro do prazo legal;

Considerando que os princípios esculpido no Caput do artigo 3º da Lei nº 8.666/93 foram respeitadas pela Administração Pública Municipal;

Conforme podemos verificar, pela análise dos documentos que compõe os autos até a presente data, a Comissão Especial de Licitação de Apoio ao Pregão e Pregoeiros desta Prefeitura, obedeceu rigorosamente aos princípios da supremacia do interesse público, eficiência economicidade, razoabilidade, isonomia, legalidade e ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, estando todos os documentos e CND's exigíveis no edital e seus anexos em conformidade e validade.

### IV – Da Conclusão

Mais uma vez, cumpre reiterar que este parecer resta apenas a verificação, análise sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar a conveniência e à oportunidade dos atos praticados no âmbito da Administração, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnicos-administrativa. Além disso, este parecer possui caráter meramente opinativo, não vinculando, portanto, à decisão do gestor. Apesar da aparente conformidade com a legislação e com os entendimentos dos Tribunais Judiciais e os Tribunais de Contas, cabe unicamente ao



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO

Estado de Minas Gerais




Gestor Público decidir quanto à contratação, restando apenas a essa assessoria fazer a verificação da possibilidade jurídica do processo trazido para análise. Ademais, o parecer é com base na análise da documentação enviada, para a qual darei presunção de fidedignidade em razão de estar firmada por servidor público, sendo essas de inteira responsabilidade do servidor subscritor. Cabe à Comissão de Licitação certificar a lisura do processo certificando-se das certidões de regularidades. Cabe também a ela a correta aplicação dos textos legais apresentados neste parecer e esclarecidos em nossa fundamentação a fim de identificar o atendimento à norma. Com fito de alerta, mesmo que nestes autos já sejam perceptíveis e em grande parte cumpridos, segue com recomendações.

Recomenda-se que seja dada atenção especial às certidões de regularidades e toda a documentação necessária exigidas pela lei de licitações;

Recomenda-se que não seja feito pagamento antecipado, mas nos moldes do contrato;

Recomenda-se que os presentes autos sejam encaminhados, para parecer final do trâmite processual;

Sarzedo, 21 de setembro de 2023

  
\_\_\_\_\_  
Magna Teresinha de Sousa  
Advogada OAB/MG 219.113



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO

Estado de Minas Gerais



## CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

- PARECER FINAL -

Recbi:  
25/09/2023  
Bome

Análise nº 239/2023

Processo Licitatório nº:215/2023

Modalidade: Pregão Eletrônico

Data: 12/09/2023

### I. Relatório

Veio a conhecimento desta Controladoria, processo licitatório nº 215/2023, na modalidade Pregão Eletrônico nº 109/2023, cujo objeto é Contratação de empresa para administração, gerenciamento, emissão e fornecimento de cartão eletrônico, munidos de senha de acesso, , com processamento de carga de créditos eletrônicos para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social na concessão do benefício eventual de Auxílio Alimentação aos usuários da Política de Assistência Social do Município de Sarzedo, conforme dispõe a Lei Municipal nº 847/2021 e Resolução nº 005/2021 do Conselho Municipal de Assistência Social de Sarzedo, para análise quanto à legalidade e verificação das demais formalidades deste, realizada Pregoeira e equipe de Apoio ao pregão nomeada pela Portaria nº 07/2023.

### II. Da Legislação:

O Controle exerce atividade de verificação sistemática de um registro, exercida de forma permanente ou periódica, consubstanciada em documento ou outro meio, que expresse uma ação, uma situação, um resultado, etc., com o objetivo de verificar se existe conformidade com o padrão estabelecido, ou com o resultado esperado, ou ainda, com o que determinam a legislação e as normas.

A positiva as exigências à Administração Pública no tocante ao controle e fiscalização municipal, bem como a integração dos sistemas nos três poderes, conforme se vê no Art. 31 c/c Art.74 da CF 1988:

Art. 31. A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.

(...)

Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

*C. Bome*



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO

Estado de Minas Gerais



- avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;

II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;

IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

§ 1º Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária.

§ 2º Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União.

Nesse mesmo sentido no âmbito Municipal o Controle Interno está previsto na Lei Municipal nº 30/2005 e no Decreto Municipal nº 634/2011 e demais normas que regulam as atribuições da Controladoria, referentes ao exercício de controle prévio e concomitante dos atos de gestão.

Assim, ressalta-se que a Controladoria, articula informações com o objetivo de monitorar e sugerir, a fim de resguardar a administração pública por meio de orientações preventivas nas áreas contábil, financeira, orçamentária e patrimonial, verificando a legalidade, legitimidade, economicidade, moralidade e desempenho na administração dos recursos e bens públicos, não adentrando na conveniência e oportunidade dos atos praticados no âmbito das Secretarias Municipais.

Portanto, orientando as melhores práticas, implicando, igualmente, na sua absoluta adequação às normas legais, regido pelo disposto na lei nº 8.666 e nº 10.520, além das demais disposições que disciplinam a matéria.

### III. Da Preliminar:

Ainda em preliminar, torna-se necessário referirmos que a Controladoria está se manifestando no sentido de, à vista das circunstâncias próprias de cada processo licitatório e na avaliação prévia das implicações legais a que está submetida, dar orientação e assessoramento, ressaltando-se que, no caso



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO**  
*Estado de Minas Gerais*



de haver irregularidades, as mesmas serão inexoravelmente apontadas em Auditoria Própria.

Isto posto, ratificamos a orientação de que, em havendo dúvidas sobre determinado ato ou fato administrativo, deverá ser, a consulta, encaminhada por escrito, juntamente com o respectivo processo licitatório, para que as orientações possam ser melhor direcionadas.

**IV. Da Análise:**


É de fixarmos, por oportuno, que a análise dos fatos se deu com base em documentação acostada aos autos do Processo Licitatório encaminhados pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

O processo está autuado na conformidade e revestido de todas as formalidades legais, munida de Autorização pela autoridade competente, bem como publicidade, Ata, parecer jurídico, pesquisas de preços para consistir em valor de referência.

**V- Do Parecer**

A presente Licitação preenche os requisitos exigidos pela Lei nº 10.520/2022, aplicando -se subsidiariamente, no que couberem, as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/2006, bem como suas alterações posteriores, encontra-se revestida de todas as formalidades legais tanto na fase interna como na fase externa, e, opina-se pela homologação do Processo.

Sarzedo, 22 de setembro de 2023

  
**Ana Carolina Silva Mendes**  
Membro da Controladoria do Município de Sarzedo



## MUNICÍPIO DE SARZEDO/MG

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 109/2023  
PROCESSO LICITATÓRIO 215



## TERMO DE ADJUDICAÇÃO

O(a) Pregoeiro(a) do(a) MUNICÍPIO DE SARZEDO/MG comunica aos interessados e participantes do PREGÃO ELETRÔNICO 109/2023 referente à *Contratação de empresa para administração, gerenciamento, emissão e fornecimento de cartão eletrônico, munidos de senha de acesso, com processamento e carga de créditos eletrônicos para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social na concessão do benefício eventual de Auxílio Alimentação aos usuários da Política de Assistência Social do Município de Sarzedo, conforme dispõe a Lei Municipal nº 847 de 10 de dezembro de 2021 e Resolução nº 005 de 08 de abril de 2021 do Conselho Municipal de Assistência Social de Sarzedo,* que ADJUDICA nos termos do Inciso IX do Art. 17 do Decreto nº 10.024/2019, o objeto do certame a(s) empresa(s):

Fornecedor : FACE CARD ADMINISTRADORA DE CARTOES LTDA - 21.935.659/0001-00

Item	Quant.	Un	Marca	Modelo	Unitário Adjudicado	Total Adjudicado	Unitário Orçado	Total Orçado	Econ. %
1	1,00	Serviços	SERVICO	SERVICO	-12,73 %	-12,73 %	0,01 %	0,01 %	127.400,0000 %

**Descrição:** Contratação de empresa especializada para confecção; fornecimento; e administração de Cartão eletrônico (magnético) alimentação, contemplando cargas / recargas.

<b>Subtotal Adjudicado:</b>	<b>Subtotal Orçado:</b>	<b>127.400,0000 %</b>
-12,73 %	0,01 %	

## TOTAL GERAL DO PROCESSO

Total Adjudicado	Total Orçado	Economia %
-12,73 %	0,01 %	127.400,0000 %

Sarzedo - Minas Gerais, 25 de Setembro de 2023

ALINE FIGUEIRÊDO DE OLIVEIRA  
Pregoeiro(a)



## MUNICÍPIO DE SARZEDO/MG

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 109/2023  
PROCESSO LICITATÓRIO 215



## TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Após constatada a regularidade dos atos procedimentais, o(a), HOMOLOGA nos termos do Inciso VI do Art. 13 do Decreto nº 10.024/2019, o resultado do procedimento licitatório em epígrafe, cujo objeto é: *Contratação de empresa para administração, gerenciamento, emissão e fornecimento de cartão eletrônico, munidos de senha de acesso, com processamento e carga de créditos eletrônicos para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social na concessão do benefício eventual de Auxílio Alimentação aos usuários da Política de Assistência Social do Município de Sarzedo, conforme dispõe a Lei Municipal nº 847 de 10 de dezembro de 2021 e Resolução nº 005 de 08 de abril de 2021 do Conselho Municipal de Assistência Social de Sarzedo.*

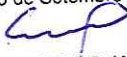
Fornecedor : FACE CARD ADMINISTRADORA DE CARTOES LTDA - 21.935.659/0001-00

Lote	Quant.	Un	Marca	Modelo	Unitário Adjudicado	Total Adjudicado	Unitário Orçado	Total Orçado
1	1,00	Serviços	SERVICO	SERVICO	-12,73 %	-12,73 %	0,01 %	0,01 %

**Descrição:** Contratação de empresa especializada para confecção; fornecimento; e administração de Cartão eletrônico (magnético) alimentação, contemplando cargas / recargas.

HOMOLOGO o presente certame, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Sarzedo-MG , 25 de Setembro de 2023

  
MARCELO PINHEIRO DO AMARAL  
PREFEITO MUNICIPAL